

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.258 - AL (2019/0052541-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : **UNIÃO**
AGRAVADO : **SINDIFISCO NACIONAL - SIND. NAC. DOS AUD. FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**
ADVOGADOS : **MARCOS HENRIQUE FEITOSA MACIEL - AL009528**
IGOR CORREIA PACHECO DE ALMEIDA E OUTRO(S) - AL011837
SERGIO LUDMER - AL008910

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. REAJUSTE DE 28,86%. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. VALIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fls. 144-145):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 28,86%. INCIDÊNCIA INTEGRAL SOBRE A "RAV". ACORDO REFERENTE A PERÍODO LABORAL EM CARGO DIVERSO. INEXISTÊNCIA DE TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA DO REAJUSTE.

1. Agravo de instrumento manejado pelo SINDIFISCO - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal em face de decisão que não homologou os cálculos referentes aos valores devidos ao(s) Substituído(s) relativos à RAV.

2. A decisão agravada entendeu pela impossibilidade de se proceder ao pagamento dos valores apresentados, pois o(s) Substituído(s) não teria(m) se insurgido contra a exclusão da RAV, dos cálculos, no momento das transações administrativas.

3. O Agravante afirma que a transação administrativa se deu quanto a valores devidos ao(s) Substituído(s) em relação ao exercício do cargo de Técnico do Tesouro Nacional.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o Índice de 28,86% deve incidir normalmente sobre a parcela denominada "RAV".

5. O(s) Servidor(es) realiz(ou)(aram) Acordo Administrativo para recebimento dos valores devidos no cargo de Técnico do Tesouro Nacional - TTN, estando ausentes os Termos de Transação relativos ao reajuste dos Auditores Fiscais.

6. O(s) Substituído(s) faz(em) jus à incidência do reajuste a contar do

momento em que ingressou(ou)(aram) na carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal.

7. Inexistem justificativas a obstar a homologação dos valores apresentados. Agravo de Instrumento provido.

Os embargos de declaração foram acolhidos (e-STJ fls. 190-191).

No apelo especial, a parte recorrente alega que houve violação dos arts. 502 do Código de Processo Civil/2015 e 6º da LINDB, sob o argumento de que "as partes transigiram quanto aos valores liquidados de acordo com a SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADA dos Embargos à Execução nº 2003.80.00.006203-6" (e-STJ fl. 223, grifo no original).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 235-249).

Neste agravo afirmam que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 272-280).

É o relatório. Decido.

O recurso em apreço merece prosperar.

A decisão do juízo singular, objeto do agravo de instrumento interposto pelo SINDIFISCO, assim manifestou-se (e-STJ fls. 82-83, grifo no original):

[...] acolho a manifestação da União, no sentido de que a parte exequente, em relação a **Pedro Delarue Tolentino Filho**, não observara, quando da elaboração dos cálculos, o que decidido na sentença proferida nos Embargos à Execução nº 2003.80.00.006203-6 e que o entendimento dos exequentes malfere a coisa julgada porque não se insurgiram contra a exclusão, dos cálculos, do período de transação (janeiro de 1993 a junho de 1998), independentemente da natureza da verba.

A leitura do excerto acima transcrito evidencia que o acórdão *a quo* encontra-se em dissonância com o entendimento firmado por esta Corte, sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que "é despicienda a homologação judicial do termo de transação extrajudicial, posto que inviável a execução de tal providência, diante da inexistência, à época da celebração do acordo, de demanda judicial entre as partes transigentes" (REsp 1.318.315/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 30/9/2013).

Dessa forma, sendo válido o acordo extrajudicial firmado pelas partes, descabida a pretensão de limitação de seus efeitos ao período de janeiro de 1993 a junho de 1998.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** para restabelecer a decisão agravada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator